

**UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-HISTÓRICA DO VERBETE “MULHER”:
RELAÇÕES ENTRE LINGUÍSTICA, GÊNERO E HISTÓRIA**

**A LINGUISTIC-HISTORIC ANALYSIS OF THE ENTRY “WOMAN”:
RELATIONSHIPS BETWEEN LINGUISTICS, GENDER AND HISTORY**

Felipe Rodrigues Echevarria¹

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise linguístico-histórica do verbete “mulher”, recortado de *Novo dicionário da língua portuguesa* (1986), da autoria de Aurélio Buarque de Holanda. De acordo com os pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, os dicionários são objetos históricos e discursivos capazes de revelar aspectos sociais e históricos da sociedade e da época onde são produzidos. Nesse sentido, a análise linguístico-histórica do verbete “mulher” reflete sobre as representações das mulheres nesse dicionário nacional. Tendo dicionários como objeto de pesquisa, o papel dos estudiosos e/ou analistas do dicionário é refletir sobre a relação das palavras que nele constam com a História. Cada palavra registrada em um dicionário não está ali por acaso, visto que os sentidos das palavras são atravessados pelo histórico, pelo cultural e pelo ideológico. Sendo assim, analisar as palavras que designam as mulheres em dicionários configura um gesto intelectual onde diversos saberes dialogam e convergem. Os estudos de gênero auxiliam no gesto de análise, pois permitem observar como se define e se constrói a condição de mulher em *Novo dicionário da língua portuguesa*. Neste dicionário, o verbete “mulher” basicamente é definido de acordo com seu sexo biológico e conforme sua relação com o *homem* (podendo a mulher ser *esposa* ou *amante*). Em geral, são acepções depreciativas, nas quais frequentemente aparece a palavra “meretriz” como sinônimo. Não é feita nenhuma menção à inteligência ou ao intelecto da mulher e sua condição parece estar relegada ao âmbito doméstico.

Palavras-chave: Dicionários; Gênero; História das Ideias Linguísticas.

Abstract: The present work presents a linguistic-historical analysis of the entry “woman”, cut from *Novo Dictionary of the Portuguese Language* (1986), by Aurélio Buarque de Holanda. According to the theoretical assumptions of the History of Linguistic Ideas, dictionaries are historical and discursive objects capable of revealing social and historical aspects of society and the time where they are produced. In this sense, the linguistic-historical analysis of the entry “woman” reflects on the representations of women in this national dictionary. Having dictionaries as a research object, the role of dictionary scholars and/or analysts is to reflect on the relationship of the words contained in it to History. Each word registered in a dictionary is not there by chance, as the meanings of the words are crossed by the historical, the cultural and the ideological. Thus, analyzing the words that designate women in dictionaries configures an intellectual gesture where different types of knowledge dialogue and converge. Gender studies help in the analysis gesture, as they allow us to observe how the condition of woman is defined and constructed in *Novo Dictionary of the Portuguese Language*. In this dictionary, the entry “woman” is basically defined according to her biological sex and according to her relationship with the man (the woman can be a wife or a lover). In general, they are derogatory meanings, in which the word “whore” often appears as a synonym. No mention is made of the woman's intelligence or intellect and her condition seems to be relegated to the domestic sphere.

Keywords: Dictionaries; Gender; History of Linguistic Ideas.

¹ Doutorando e mestre em Estudos Linguísticos pela UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Graduado em Comunicação Social - Habilitação Publicidade e Propaganda pela UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta. Pesquisa sobre Linguística, instrumentos linguísticos e a relação destes com a História e os Estudos de Gênero. E-mail: felipe230285@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre gênero apontam que os distintos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres resultam de práticas socioculturais bastante antigas. Considera-se uma das principais contribuições dos estudos sobre gênero a desconstrução da ideia de que somente a Biologia engendraria os comportamentos atribuídos ao sexo masculino e feminino. Historicamente, as mulheres foram, ao longo dos séculos, consideradas física e intelectualmente inferiores aos homens, o que causou a sua restrição ao âmbito doméstico. Circular em espaços públicos era mal visto para as mulheres, exceto se acompanhadas de um homem ou possuindo uma autorização masculina; autorização essa que poderia ser concedida pelo *pai*, *marido* ou *irmão*, entre outras figuras masculinas que poderiam acompanhar ou permitir que as mulheres transitassem em determinados espaços. Essas restrições e toda sorte de opressões funcionavam (e ainda funcionam) sob a égide de diversas esferas sociais, como o Estado, a Religião, a Medicina, a família, a Escola, etc.

No que diz respeito à linguagem, é possível perceber que ela também funciona como uma espécie de ferramenta que auxilia a propagação e a perpetuação dos preconceitos de gênero. A escolha lexical, quando se trata das mulheres, nunca é neutra tampouco aleatória. Palavras que designam as mulheres carregam consigo uma história; história essa repleta de apagamento e opressão das mulheres. Nesse sentido, este trabalho faz uma análise linguístico-histórica do verbete “mulher” recortado de *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986). A escolha desse dicionário como objeto de pesquisa para o presente trabalho se justifica pela sua importância e reconhecimento como objeto de consulta no Brasil. Os dicionários são, sob a perspectiva teórica da História das Ideias Linguísticas, instrumentos linguísticos cujas funções vão além de sanar dúvidas sobre a língua e a significação das palavras. Eles são também capazes de revelar aspectos culturais, sociais, históricos e ideológicos de uma determinada época e de uma determinada sociedade.

Para realizar a análise do verbete “mulher”, mobiliza-se o conceito de *designação* proposto por Guimarães (2005). Este dispositivo teórico-metodológico permite que se estabeleça uma relação entre os sentidos de “mulher” com a História. Ou seja, analisando as designações deste verbete, é possível saber de maneira mais aprofundada o que significa ser mulher na sociedade brasileira. Aliados à *designação*, os estudos de gênero também configuram um dispositivo analítico na medida em que auxiliam a compreender como se constroem as representações sobre as mulheres em *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*.

HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: CONTRIBUIÇÕES SIGNIFICATIVAS PARA OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

A História das Ideias Linguísticas (HIL) é um domínio do conhecimento fundamental para os estudiosos de dicionários, vindo a ser um importante suporte teórico para pesquisadores que objetivam entender a relação dos dicionários com a História. Pesquisas sobre dicionários necessitam uma incursão teórica na HIL, visto que esse domínio do conhecimento estuda a produção de dicionários e gramáticas que se faz no Brasil desde o século XVI (GUIMARÃES, 1996). De acordo com Auroux (2014), dicionários e gramáticas são instrumentos linguísticos e formam os principais pilares de nosso saber metalinguístico até os dias atuais. Além de gramáticas e dicionários, os estudos realizados pela HIL também abrangem vocabulários, glossários, manuais, prefácios e livros didáticos.

Uma vez que se realizam estudos sobre a produção de instrumentos linguísticos no Brasil, ao mesmo tempo se está contribuindo para que se saiba mais sobre a história do próprio país (ORLANDI, 2002), ou seja, compreender o percurso histórico da língua nacional do Brasil e a maneira como ela é registrada em dicionários e gramáticas, implica em compreender como a História se inscreve nos instrumentos linguísticos. Antes da consolidação da HIL, de acordo com a autora, os estudos que até então vinham sendo realizados sobre a língua nacional não consideravam a História. Entretanto, a História é constitutiva de sentidos e atravessa os instrumentos linguísticos, de maneira que,

[...] o estudo da língua nacional no Brasil vinha se dando a partir de estudos esparsos, seja gramaticais, seja com finalidades pedagógicas seja, ainda, com fins apenas descritivos. Estudos históricos que levassem em conta o social e o político, quando se faziam, também eram fragmentários e não seguiam um plano de pesquisa integrado em um objetivo mais geral, pensando a língua, os que a falam, a sociedade que constituem e o próprio funcionamento do Estado e suas jurisdições e a sua relação com a ciência (ORLANDI, 2002, p. 10).

Nesse sentido, entende-se que uma das principais contribuições da HIL foi desconstruir o pensamento simplista e errôneo que relegava os dicionários a meros objetos de consulta. Os instrumentos linguísticos são, sim, capazes de sanar dúvidas em relação à língua, aos significados da palavra, à ortografia, enfim, toda sorte de questões gramaticais que envolvem a língua. Entretanto, mais do que isso, eles são capazes de revelar aspectos sociais e históricos do lugar e da época onde são produzidos.

De acordo com Nunes (1996, p. 11), o projeto HIL “visa estudar a história da constituição de um saber metalingüístico no Brasil, sobretudo com relação a instrumentos lingüísticos (gramáticas e dicionários)”. Visa também compreender como esses instrumentos lingüísticos se relacionam com o Estado e “com a formação da língua nacional, o que marca uma especificidade das pesquisas da equipe brasileira” (NUNES, 2013, p. 159). A HIL produz conhecimentos sobre saberes lingüísticos produzidos por determinadas sociedades em determinadas épocas. Tais saberes sobre a linguagem humana indicam também a exterioridade da língua; essa exterioridade compreende fatores históricos, sociais e culturais que atravessam a produção de dicionários e gramáticas

DICIONÁRIOS: RELAÇÕES ENTRE LÍNGUA, SUJEITOS E HISTÓRIA

A produção de um dicionário envolve práticas sociais, históricas e culturais; sendo assim, o dicionário não é algo que estaria na mente das pessoas desde que elas nascem (NUNES, 2010a). Portanto, as palavras que constam em um dicionário não estão ali por acaso, de maneira aleatória, pois seus sentidos são constituídos de historicidade, revelando vestígios da história na qual estão inscritos. De acordo com Nunes (2010a, p. 7),

[...] as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas.

Sendo objetos históricos e discursivos, conseqüentemente, os dicionários apresentam palavras cujos sentidos indicam a exterioridade da língua e as ideologias que engendram cada definição. Todo estudo envolvendo dicionários requer um olhar atento a essa exterioridade, que está diretamente relacionada “com suas condições de produção, incluindo-se aí o contexto enunciativo e o contexto mais amplo, ou seja, a conjuntura sócio-histórica de um período” (NUNES; SELIGMAN, 2003, p. 38). Esse olhar é justamente o que diferencia o leitor “comum” daqueles que fazem uma análise lingüístico-histórica dos dicionários. Enquanto o primeiro trata o dicionário de uma maneira mais empírica, aceitando sem questionar os sentidos apresentados pelas definições dos verbetes, o analista de dicionários apresenta uma ótica distinta para com os dicionários; ótica essa que leva em conta sua cientificidade e historicidade, o que permite tomar instrumentos lingüísticos como objetos capazes de apresentar aspectos da sociedade em

303

que estão inscritos e das relações entre sujeitos e línguas. A análise de dicionários, conforme Nunes (2010b, p. 161),

[...] questiona as evidências dos sentidos das definições e objetiva compreender os processos históricos de constituição desses sentidos. O dicionário é considerado em nossa sociedade um objeto de consulta. Ele é visto como uma referência e poucas vezes se questiona se uma definição é boa ou não. Mas, ao estudar, por meio de um método linguístico-histórico, o modo de produção das definições, da estrutura dos verbetes, da formação de uma imagem de língua, o dicionário se torna um objeto de análise e com isso mostram-se as especificidades de cada um e as diferenças em relação a outros. O estudioso do dicionário identifica, por exemplo, se ele segue uma tendência científica ou literária, se ele pressupõe uma imagem de abundância ou de concisão, se ele reproduz uma certa tradição, se rompe com ela ou a desloca etc.

Estudiosos do dicionário devem abandonar aquela velha dicotomia do “certo e errado” no que tange à língua (PETRI, 2010, p. 19) para pensar nas palavras/verbetes levando em conta seus sentidos múltiplos, as ideologias que nelas estão presentes e suas relações com outras palavras e a maneira como elas refletem as relações entre línguas e sujeitos que fazem uso dessas línguas. Uma vez dicionarizadas, as palavras ainda assim estão sujeitas a mudanças de sentidos, equívocos e questionamentos, pois uma vez colocadas em circulação já não se tem mais controle sobre elas, afinal “os sentidos poderão ser outros (não previstos por aquele que fala/escreve)” (PETRI, 2010, p. 21). A autora faz uma analogia entre palavras e aves, no sentido de que, assim como as aves, as palavras “voam” e “migram”, não podendo ser mantidas presas pelo “guardião” das palavras, que é o dicionário.

Os sentidos das palavras registradas pelos dicionários são capazes de revelar práticas sociais e culturais, bem como relações de poder, hierarquias, hegemonias e questões de gênero. No que diz respeito às mulheres, a linguagem nunca é neutra e a escolha lexical para referir-se a elas tampouco é ingênua e aleatória. Portanto, a construção social e histórica do gênero feminino conta também com a linguagem.

GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E DISCURSIVA

A complexidade das questões de gênero é tamanha que requer uma interdisciplinaridade, pois “estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2003, p. 20). Filiada a essas intersecções, a noção de gênero é produzida e encontra nelas formas de

perpetuação e legitimação. Existe até os dias de hoje uma série de confusões e equívocos entre as categorias *gênero* e *sexo*. A autora aclara tal questão afirmando que

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo (BUTLER, 2003, p. 24).

A filósofa estadunidense afirma que não é o biológico que constrói as noções de gênero e, sim, todo o cultural e histórico que engendram essas noções, ainda que, por muitos séculos, o discurso da Biologia sustentou as diferenças entre homens e mulheres. Ou seja, a cultura é o destino e não a Biologia. Nesse sentido, de acordo com Melo e Thomé (2018, p. 32), “o gênero é produto social que atribuímos à noção do sexo biológico, são características e papéis imputados socialmente”. Portanto, a ideia de que o sexo biológico determina o destino é questionável; compreende-se que se tratam de atribuições que reforçam as relações de poder vigentes nas sociedades. Para Soares (2004, p. 162),

O termo “gênero” será utilizado para se referir à construção social do sexo e, assim, distinguir a dimensão biológica do social. Isto quer dizer que a palavra “sexo” será utilizada somente para uma caracterização fisiológica dos seres humanos. [...] O conceito de gênero foi criado para expressar as diferenças entre os sexos construídas em diversas formações culturais, que concebem e definem papéis bastante particulares para homens e mulheres, a despeito das semelhanças físicas entre os homens, em qualquer cultura, e entre as mulheres.

Sendo assim, conforme Butler (2003), a afirmação de Beauvoir (2016) de que ninguém nasce mulher e, sim, torna-se mulher, é totalmente verdadeira, visto que “mulher” é um termo em processo e não se pode dizer com exatidão sua origem e seu fim. Essa afirmação, sob a ótica de Butler (2003), sugere que a condição de ser mulher é uma construção cultural; um grupo de significados assumidos e aceitos dentro de um campo cultural. O gênero é sempre adquirido e não algo inato. Segundo a filósofa,

Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Para Beauvoir, nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um *telos* a governar o processo de aculturação e construção. O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos

no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, p. 59, grifos da autora).

Aliados à Biologia, o discurso científico, as religiões e toda sorte de setores conservadores foram (e ainda são) acionados para justificar e argumentar as diferentes posições e comportamentos que se esperam dos sujeitos levando em conta seu sexo biológico, o que sempre acarretou em desigualdades (MEYER, 2003). Sustentado por esses discursos, o sexo feminino passou a ser visto como o “sexo frágil”, desde os princípios da humanidade, atingindo todas as sociedades.

AS MULHERES NO MUNDO E NO BRASIL: APAGAMENTO E OPRESSÃO

Durante séculos, o protagonismo na História sempre foi masculino, sendo que, muitas vezes, pouco se sabe quais foram os feitos históricos realizados por mulheres. Sua história frequentemente não é contada e poucos registros possui; é uma história silenciada, visto que são apagadas ou modificadas “para se adequarem a uma história de nosso país escrita pelos homens com a mentalidade de suas respectivas épocas” (REZZUTTI, 2018, p. 19). Pouco se sabe de sua participação na História. Confinadas ao âmbito doméstico, são raros os registros dos seus feitos, visto que a sociedade não permitia às mulheres convívios e relações que estivessem além do âmbito doméstico que, por sua vez, era uma fronteira que não deveria ser ultrapassada. Ainda que a história de algumas poucas mulheres tenha sido contada, muitas outras permaneceram no anonimato. De acordo Melo e Thomé (2018, p. 37),

Cléopatra governou o Egito no século antes de Cristo. Foi preciso ser a regente de um dos grandes impérios da antiguidade para ser conhecida. Hipátia de Alexandria, alguns séculos depois, era matemática, filósofa, astrônoma e médica. Uma mulher da ciência, uma intelectual, que morreu queimada por religiosos cristãos em 415 d.C. Um milênio após, Joana D’Arc também seria morta por liberar uma tropa na Guerra dos Cem Anos; virou santa. Além delas, existiram certamente milhares de mulheres africanas, orientais, indígenas ou mesmo anônimas europeias de cujos feitos nunca tomaremos conhecimento.

Dessa forma, as mulheres, em várias culturas, mantinham-se afastadas da Política por serem consideradas “uma espécie subalterna para os temas públicos, não importa se no Ocidente ou se no Oriente” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 127). As mulheres, então, são apagadas da

História ou, quando aparecem, têm seus papéis rearranjados para suprir às exigências do patriarcado. Segundo Rocha (2009, p. 27, grifos nossos),

O que conhecemos de história feminina ou não existe ou foi contada *por homens e para os homens*. A vida de grandes personagens históricas femininas foi interpretada *por eles*, forçando atingir um ideal de mulher, afastando os fatos indesejados para atender aos critérios almejados pelo sistema patriarcal.

O patriarcado sempre garantiu protagonismo aos homens, cujos feitos foram exaltados e registrados historicamente. As mulheres, mesmo tendo realizado feitos semelhantes ou ainda mais significativos, eram relegados ao anonimato. “Essas mulheres foram vítimas de uma interpretação histórica tendenciosa e preconceituosa” (ROCHA, 2009, p. 51). A lógica da *dominação masculina* garantia total liberdade e poder aos homens, enquanto as mulheres eram reduzidas a objetos de troca realizada pelos sujeitos homens (BOURDIEU, 2012). Se uma mulher ocupa um cargo político, isso significa um cargo a menos ocupado por um homem, o que configura uma ameaça à estrutura patriarcal. Ou seja, o sistema patriarcal subjuga e apaga da humanidade a história das mulheres, pois a História, de maneira geral, é registrada, descrita e interpretada por homens. Nas palavras de Melo e Thomé (2018, p. 19), “A história, escrita pelos homens, reduziu as mulheres a muito pouco: elas não falam e os homens falam por elas”.

O Brasil, em seu período colonial, apresenta uma situação nada favorável às mulheres. As mentalidades misóginas oriundas da Grécia antiga - as quais acreditavam que as mulheres eram inferiores em todos os sentidos, inclusive intelectualmente – persistiam e privavam o sexo feminino do acesso aos estudos e à educação. Neste período, dizia-se que somente era permitido às mulheres sair da esfera doméstica em três ocasiões: “para se batizar, para casar e para ser enterrada” (ARAÚJO, 2013, p. 49), pois princípios religiosos contribuíam para manter as mulheres restritas ao âmbito doméstico. De acordo com Saffioti (2013), a presença dos jesuítas era prejudicial às mulheres na medida em que estes pregavam a subalternidade do sexo feminino em relação aos homens. Os jesuítas traziam consigo tradições androcêntricas e misóginas da Península Ibérica que, uma vez implantadas no Brasil, cooperavam para a formação de uma sociedade brasileira patriarcal, na qual os sujeitos homens, em suas posições de *pai, marido, senhor de engenho*, entre outras, dominavam as mulheres e estas tornavam-se alheias aos estudos, às manifestações culturais e históricas que aconteciam à sua volta. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 269),

Nem mesmo a língua portuguesa sabiam falar as mulheres de certas regiões do Brasil do século XVI e XVII. Da convivência direta com os índios e da ausência de contatos com europeus resulta que mulheres e crianças só sabiam expressar-se na língua dos nativos.

A história do Brasil apresenta vários tipos de mulheres, das mais diversas etnias, classes sociais, orientações sexuais, etc. Saber mais sobre suas histórias requer uma aprofundada incursão na história do país, pois assim como na história geral da humanidade, há poucos registros da participação delas. Mais uma vez, a história é contada por homens, ou como nas palavras de Melo e Thomé (2018, p. 53), “elas têm o viés de olhares brancos”. Uma vez estando em terras brasileiras, tanto as que já estavam aqui (as indígenas), quanto as europeias, africanas e de todas as partes do mundo que vieram ao Brasil desde o período de colonização do país no século XVI sofreram algum tipo de misoginia. Portugal, ao colonizar o Brasil, trouxe muitas marcas do machismo vigente na sociedade portuguesa da época. Melo e Thomé (2018, p. 54), afirmam que

O desenvolvimento do Estado português não se fez de forma distinta e também neste o status feminino não teve desenvolvimento diferente do resto das demais sociedades europeias. Portugal só teve duas rainhas: as Marias I e II, no final dos séculos XVIII e XIX; todas as anteriores foram rainhas consortes. No âmbito da sociedade portuguesa e nas colônias, as mulheres permaneceram analfabetas.

Ainda que tenham participado de batalhas como a expulsão dos Holandeses (1654) e a Revolução Farroupilha (1835-1845), a participação das mulheres foi anônima e não registrada pela História. A segunda metade do século XIX apresenta alguns avanços para as mulheres. Pouco a pouco, elas passaram a ter acesso à educação, ainda que essa educação apresentasse certas restrições. O máximo que as mulheres brasileiras podiam almejar era a educação religiosa e saber minimamente ler e escrever.

ANÁLISE LINGUÍSTICO-HISTÓRICA DO VERBETE “MULHER”: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para observar como as definições do verbete “mulher” enunciam sobre questões históricas, sociais e culturais sobre as mulheres que vivem no Brasil, mobiliza-se o conceito de *designação*, proposto por Guimarães (2005). O conceito de *designação* é um dispositivo analítico fundamental para que seja possível compreender a relação do verbete “mulher” com

a História, sobretudo com a história do Brasil. Nas palavras de Guimarães (2005, p. 9, grifos do autor),

A designação é o que poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.

O conceito de *designação*, dessa forma, auxilia os estudiosos e/ou analistas do dicionário sobre “a questão da relação das palavras com o mundo” (GUIMARÃES, 2005, p. 5) ou, mais especificamente, sobre a relação dos verbetes que designam as mulheres em *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* com questões históricas, sociais e de gênero. Dentre diversos verbetes que se referem às mulheres, o escolhido para ser analisado foi “mulher”. O gesto analítico é engendrado através de uma concepção enunciativa e histórica da linguagem, considerando a exterioridade da língua; nesse sentido, o verbe “mulher” significa uma história particular: a história das mulheres. De acordo com Guimarães (2005, p. 91),

O que um nome designa é construído simbolicamente. Esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história. O que uma expressão designa não é assim nem um modo de apresentação do objeto, nem uma significação reduzida a um valor no interior de um sistema simbólico. Designar é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos.

Portanto, o conceito de *designação* permite refletir sobre o verbe “mulher”, levando em conta a relação deste com a História e questões de gênero. A *designação* possibilita compreender de que modo a historicidade e a exterioridade da língua funcionando nos sentidos apresentados por “mulher”. Eis o verbe “mulher” recortado de *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* e seus respectivos sentidos:

mulher. [Do lat. muliere]. S. f. **1.** O ser humano do sexo feminino capaz de conceber e parir outros seres humanos, e que se distingue do homem (4) por essas características. **2.** Esse mesmo ser humano considerado como parcela da humanidade: *os direitos da mulher*. [Cf. *homem* (2)]. **3.** A mulher (1) na idade adulta. **4. Restr.** Adolescente do sexo feminino que atingiu a puberdade; moça. **5.** Mulher (1) dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição): *Como mulher, sabe apoiá-lo na justa medida*. **6.** A mulher (1) considerada como parceira sexual do homem. **7. Deprec.** A mulher considerada como um ser frágil, dependente, fútil, superficial, ou interesseiro: *O rapaz deixava-se*

envolver por mulheres. **8.** Cônjuge do sexo feminino; a mulher (1) em relação ao marido; esposa. **9.** Amante, companheira, concubina. **10.** Mulher que apresenta os requisitos necessários para determinadas tarefas: *mulher dona-de-casa; mulher de negócios.* **11.** Uma mulher (1) qualquer; dona: *Quem telefonou?* | Uma mulher. [Aum., nas acepç. 1, 3 a 6: *mulheraça, mulherão e mulherona.*] **Mulher-à-toa.** *Bras. Pop. V. meretriz.* “Papai fica na igreja vigiando: se entra mulher-à-toa, corre com ela.” (Geraldo França de Lima, *Branca Bela*, p. 63). **Mulher da comédia.** *Bras. Pop. V. meretriz.* **Mulher da rótula.** *Bras., RJ. Pop. V. meretriz.* **Mulher da rua.** *Bras. V. meretriz.* **Mulher da vida.** *Bras. V. meretriz.* **Mulher da zona.** *Bras. V. meretriz.* **Mulher de amor.** *Bras. V. meretriz:* “antiga mulher de amor, gasta e repelida, abriu casa de tolerância, seduziu mulheres honestas, explorou a corretagem do vício” (Lúcio de Mendonça, *Horas do Bom Tempo*, p. 207). **Mulher de César.** Mulher de reputação inatacável. **Mulher de má nota.** *V. meretriz.* **Mulher de ponta de rua.** *Bras. Pop. N. do E.N. V. meretriz.* **Mulher do fado.** *Bras. Pop. V. meretriz.* **Mulher do fandango.** *Bras. Pop. V. meretriz.* **Mulher do mundo.** *Bras. Pop. V. meretriz.* **Mulher do pala aberto.** *Bras. Pop. V. meretriz.* **Mulher do piolho.** *Bras. Fam.* Mulher muito teimosa. [Us., em geral, comparativamente: *Ô velhinha teimosa! é pior que a mulher do piolho.*] **Mulher errada.** *V. meretriz.* **Mulher fatal.** Mulher particularmente sensual e sedutora, que provoca ou é capaz de provocar tragédias: “Cadê Maria Rosa, / tipo acabado de mulher fatal / que tem como sinal / uma cicatriz, / dois olhos muito grandes, uma boca e um nariz.” (Da marcha *Cadê Maria Rosa?*, de Nássara e J. Rui.) **Mulher perdida.** *V. meretriz:* “Custava-lhe acreditar que o filho a houvesse enganado, abusando do seu estado para meter em casa uma mulher perdida.” (Coelho Neto, *Turbilhão*, p. 314.) **Mulher vadia.** *Bras. V. meretriz.* (p. 1168).

Os sentidos apresentados pelos verbete evidenciam uma série de práticas sociais. A primeira definição apresenta o sexo biológica da mulher: “O ser humano do sexo feminino capaz de conceber e parir outros seres humanos, e que se distingue do homem (4) por essas características”. Observa-se, assim, a presença da Biologia determinando o que é ser mulher, visto que o sexo biológico está evidenciado. A capacidade de parir, além de biológica, pode ser associada à construção social de que as mulheres têm uma predisposição natural de serem mães. Nessa mesma definição, a mulher “se distingue do homem (4) por essas características”, ou seja, existe uma dicotomia entre *homem* e *mulher*; só é possível ser *um* não sendo o *outro*. Para Beauvoir (2016), as mulheres permanecem na condição de *outro*; a condição de *mulher* não é concebida como algo original e, sim, definida em comparação ao homem. O discurso da Biologia e da Medicina por séculos se encarregaram de inferiorizar as mulheres física e intelectualmente. “Biologicamente, segundo imaginavam, a mulher não passaria de um ‘homem falhado’, uma espécie que não alcançou a plenitude fisiológica que se julgava que o sexo masculino teria alcançado” (REZZUTTI, 2018, p. 136).

“Mulher (1) dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição)” destaca os sentimentos considerados femininos que se esperam das mulheres. Dentre essas qualidades, não constam atributos como

“inteligência”, “astúcia” e “racionalidade”, geralmente atribuídos aos homens. As definições “6. A mulher (1) considerada como parceira sexual do homem” e “7. *Deprec.* A mulher considerada como um ser frágil, dependente, fútil, superficial, ou interesseiro” sexualizam o corpo da mulher, colocando-a como parceira e sexualmente disponível para o homem, ao mesmo tempo que descrevem como um ser frágil e frívolo.

Basicamente, o verbete “mulher” é definido de acordo com o biológico e situado em uma estrutura familiar, na condição de mãe e esposa. Nas demais definições, geralmente a palavra “meretriz” é mencionada, sendo que “meretriz” é sinônimo de “prostituta” e “vigarista” de acordo com *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Nesse sentido, Silva (2003) suscita a seguinte questão:

Se não for esposa, que lugar resta para a mulher ocupar na sociedade? E a esposa não pode ser sedutora? E ter olhos grandes? E os exemplos, simulando trazer os usos, o cotidiano, os vários sentidos para o dicionário, apontam para a exclusão dessa mulher outra, que não é esposa, até mesmo do plano divino, evidenciando o tratamento das diferenças, pelo jogo da neutralidade e objetividade (SILVA, 2003, p. 113).

A análise linguístico-histórica do verbete “mulher” evidencia os lugares reservados para as mulheres brasileiras. O sexo biológico é a definição que dá início aos vários sentidos apresentados pelo verbete. Os comportamentos podem condizer com o decoro esperado das mulheres (mãe, esposa, capaz de parir, carinhosa, dedicada ao lar etc.) ou designar uma mulher cujo o comportamento é reprovável (meretriz, fútil, interesseira etc.). Independentemente de apresentar um comportamento reprovável ou não, o âmbito doméstico parece ser o espaço destinado às mulheres. Na definição número 10, ainda que apareça a expressão “mulher de negócios”, é algo bastante singelo diante da imensidão de definições depreciativas e que relegam as mulheres à esfera privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, os estudos de gênero vem despertando a ira de setores mais conservadores. São acusados de não possuir cientificidade; ora, como os estudos de gênero poderiam não ser científicos uma vez que dialogam com áreas como a Psicologia, História, Ciências Sociais, entre outras? Nesse sentido, a Linguística enquanto campo do saber, sempre atenta ao social e ao ideológico, também está produzindo reflexões sobre como a linguagem pode funcionar como

uma ferramenta que contribui para o preconceito de gênero. A escolha lexical quando se trata de homens e mulheres nunca é neutra ou aleatória. Na Publicidade, por exemplo, por séculos os homens foram representados como viris e corajosos, portanto palavras como “valentes” e “inteligentes” eram (e ainda são) comuns em propagandas destinadas ao público masculino. Já as mulheres, relegadas ao âmbito doméstico, eram designadas como “dóceis”, “afetuosas” e “recatadas”. O binarismo *homem x mulher*, naturalmente, se instaura também na linguagem.

O presente trabalho apresentou, então, uma análise linguístico-histórica do verbete “mulher”, fundamentada pelo conceito de *designação*. Para esta análise, estabeleceu-se um diálogo entre Linguística, História e Estudos de Gênero. Os Estudos de Gênero configuram uma ferramenta teórico-metodológica que permite o exame sistemático das práticas e dos papéis que desempenham homens e mulheres em um determinado contexto econômico, político, social e cultural. Os estudiosos e/ou analistas do dicionário, com seu olhar analítico e distinto da ótica de um leitor comum, são capazes de observar e analisar como se produzem e reproduzem as relações de gênero no interior de um dicionário. Analisar o verbete “mulher” em *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* configurou um gesto intelectual onde diversos campos do saber dialogaram e possibilitou compreender como as mulheres são retratadas nesse dicionário. Constatou-se, desta forma, que os dicionários são instrumentos linguísticos capazes de revelar aspectos sociais e históricos de uma determinada sociedade, neste caso, a sociedade brasileira. Corroborou-se, assim, um dos pressupostos teóricos da HIL, ou seja, as funções dos dicionários não são apenas pedagógicas e normativas, visto que *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* apresenta um retrato da condição das mulheres no/do Brasil. A restrição ao âmbito doméstico e os sentidos depreciativos apresentados pelo verbete mulher dizem respeito não somente ao país, mas também a uma história mais ampla, ou seja, a história da Humanidade, história essa contada por homens onde pouco se sabe da participação feminina. Os estigmas e as crenças limitantes sobre as mulheres são também mundiais.

A representação das mulheres nos dicionários configura uma problemática ampla, portanto, a partir deste trabalho, provavelmente surgirão novas reflexões. Os instrumentos linguísticos, enquanto objetos históricos e discursivos, fornecem um vasto material para análise linguístico-histórica. Analisar dicionários é um gesto intelectual que exige que os analistas de dicionário estejam em constante atualização e estabeleçam relações com diversas áreas do saber. Estudar as relações entre a linguagem e as questões de gênero proporciona aprendizados

que vão além do âmbito acadêmico. É uma prática que permite questionar aquilo que é dado como óbvio, natural e imutável, por exemplo, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. Por fim, com o presente trabalho, espera-se ter promovido, ainda que de maneira singela, uma reflexão sobre a(s) história(s) que as palavras carregam consigo. Essas histórias, muitas vezes, revelam toda sorte de opressões e relações de poder.

REFERÊNCIAS

Obra analisada: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina no Brasil colônia. In: PRIORY, Mary Del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p.11-44.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Pulcinelli (Orgs.) **Língua e cidadania: O Português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

MELO, Hildete Pereira; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: história, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELNNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NUNES, José Horta A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. In: **Revista argentina de historiografía lingüística**, v.2, 2013, p. 159-172.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. In: **Revista de Letras** (Taguatinga), v. 3, p. 06-21, 2010a. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1981/1305>>. Acesso em: 12 out. 2019.

NUNES, José Horta. **Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil**: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. Campinas, SP. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 1996.

NUNES, José Horta. Lexicologia e Lexicografia. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mónica. (Orgs.) **Introdução às Ciências da Linguagem**: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2010b, p. 147-172.

NUNES, José Horta; SELIGMAN, Katia. Discurso lexicográfico: as reedições do Dicionário da Língua Portuguesa de Moraes. In: **Alfa**, v.47, n. 1, p.37-51, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PETRI, Verli. O dicionário merece que lutemos por eles. In: Petri, Verli (Org). **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos. Santa Maria: UFSM, PPGL Editores, 2010.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil**: a história não contada. Rio de Janeiro, LeYa: 2018.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes**: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado. Belo Horizonte: Leitura, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Marisa Vieira. Instrumentos linguísticos: língua e memória. In: CORRÊA, Maria Cristina; NASCIMENTO, Sílvia Helena Lovato (Orgs.) **Letras**, Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2003, p. 111-118.